

## DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO: A REDE URBANA POTIGUAR SOB A ÓTICA DOS 'REGICS'<sup>1</sup>

**Josene Rodrigues de Queiroz Dantas**

Profa. Dra. do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus CAMEAM, Pau dos Ferros-RN  
[josenequeiroz@gmail.com](mailto:josenequeiroz@gmail.com)

**Maria do Livramento Miranda Clementino**

Profa. Dra. do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
[clement@ufrnet.br](mailto:clement@ufrnet.br)

### Resumo:

Este artigo trata da relação entre desenvolvimento e urbanização na conformação da rede urbana nordestina, mais especificamente, na hierarquização da rede urbana potiguar. Os parâmetros utilizados para a hierarquização da rede urbana foram os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente as quatro edições de 'Regiões de Influência das Cidades' (REGIC). Os quatro estudos REGIC não apresentam muitas alterações na classificação hierárquica da rede urbana do Rio Grande do Norte. Natal continua no principal nível hierárquico como capital regional A, Mossoró continua em segundo lugar na hierarquia como capital regional, só que no nível C. Em termos dos centros sub-regionais, Pau dos Ferros ascende a centro sub-regional A e Açu passa a centro sub-regional B, em 2007. A não concretização de uma política direcionada para o desenvolvimento regional que rompa com as disparidades regionais, herdadas do padrão de crescimento polarizado e concentrado, que marcou a economia e a política no Século XX, faz com que sejam reproduzidas mais desigualdade e pobreza, o que se reflete numa rede urbana fragmentada e esgarçada no Nordeste, especialmente no interior onde existem poucos centros médios, as capitais regionais, e diversos centros sub-regionais que tem atuado como cidades intermediárias, especialmente na oferta de serviços e na absorção de mão-de-obra.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Urbanização. Rede Urbana. Rio Grande do Norte

## DEVELOPMENT AND URBANIZATION: THE RN URBAN NETWORK UNDER THE OPTICAL 'REGICS'

### Abstract:

This paper deals with the relationship between development and urbanization in the conformation of the northeastern urban network, more specifically, in the hierarchy of RN urban network. The parameters used for ranking the urban network were the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), especially the four editions of 'Areas of Influence of Cities' (REGIC). The four studies REGIC not show many changes in the hierarchical classification of the urban network of the Rio Grande do Norte. Natal continues in the main hierarchical level as regional capital A, Mossoró remains in second place in the hierarchy as a regional capital, only at level C. In terms of sub-regional centers, Pau dos Ferros amounts to of sub-regional center A and Açu becomes sub-regional center B in 2007. Failure to implement a targeted policy for regional development that breaks with regional

---

<sup>1</sup> Este artigo foi recortado do Cap. 2 da tese de doutorado intitulada "As Cidades Médias no Desenvolvimento Regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)". (DANTAS, 2014).

disparities inherited from the pattern of polarized and focused growth, which marked the economy and politics in the twentieth century, causes more poverty and inequality are reproduced, which reflects a fragmented and frayed urban network in the Northeast, especially in the countryside where there are few medium centers, regional capitals, and several sub-regional centers that have acted as intermediary cities, especially in the provision of services and labor-absorbing work.

**Keywords:** Development. Urbanization. Urban network.

## 1 Introdução

A destruição causada pela Segunda Guerra Mundial exigiu um grande esforço de reconstrução e reurbanização do qual deriva também importante esforço de teorização sobre a questão urbana e regional. Inicialmente esse esforço foi direcionado para a realidade socioeconômica dos países desenvolvidos, cujo pensamento dominante era o neoclássico.

Contudo, o debate que surgia na América Latina mostrava a dicotomia entre as formulações teóricas neoclássicas e as especificidades do subdesenvolvimento que persistia em nosso continente. Foi nesse interim que surgiram os primeiros trabalhos da Comissão para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL) com críticas em relação aos postulados da teoria econômica e análises consistentes das especificidades socioeconômicas da América Latina. Para a CEPAL, estava claro que a dicotomia entre o atraso agrícola e a modernização parcial do setor urbano aumentava a miséria e levava a uma perversa distribuição da renda. Cano (1989) retoma essa discussão da CEPAL para afirmar que a análise do desenvolvimento urbano não deve se restringir ao exame da economia industrial e terciária, mas deve incluir a análise do setor agropecuário e da estrutura fundiária.

Diferentemente dos países desenvolvidos onde a urbanização percorreu um longo processo histórico, muito menos abrupto, mais equitativo e com melhor distribuição de rendas e salários, na América Latina o processo de urbanização aconteceu de forma muito diversa e em dois momentos bem distintos. Primeiro, o momento de sua dominação e formação colonial em que a América Latina se constituiu uma colônia de exportação de produtos primários, de modo que "A constituição de suas cidades [...] obedeceu aos interesses imediatos do colonizador" (CANO, 1989, p. 66). O segundo momento, ocorreu com a industrialização. A partir daí, são feitas modificações necessárias a uma forma de desenvolvimento voltado para dentro, as maiores concentrações urbanas são ampliadas e se estabelece, quase sempre, uma nova hierarquização urbana a nível nacional.

Junte-se a essa heterogeneidade estrutural, especialmente no caso do Brasil, uma grande heterogeneidade regional urbana graças aos diferentes ritmos e estruturas da nossa economia regional que se reflete numa rede urbana desigual e fragmentada, na qual as metrópoles e os centros mais importantes estão concentrados no Centro-Sul do país.

Neste artigo, estudaremos a relação entre desenvolvimento e urbanização na conformação da rede urbana nordestina, mais especificamente, na hierarquização da rede urbana potiguar. Os parâmetros utilizados para a hierarquização da rede urbana serão os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente as quatro edições de 'Regiões de Influência das Cidades' (REGIC).

## 2 Urbanização e desenvolvimento no Brasil: impactos sobre a rede urbana

Consideramos como ponto central desse estudo o entendimento de que a análise urbana e regional no Brasil não deve se dissociar do estudo das persistentes assimetrias

estruturais que caracterizam as relações entre as diversas regiões e classes sociais, dos fatores de continuidade, inércia e rigidez das desigualdades econômicas e sociais persistentes no país.

A análise do espaço urbano sob esse ângulo nos cria possibilidades, dentre outras coisas, de desvelamento da existência e permanência de uma heterogeneidade regional e social no Brasil, que tende a se agravar à medida que o capital se expande.

De acordo com Brandão, desde o período colonial, a separação entre campo e cidade não encontrou as condições materiais e políticas para se desenvolver. Com a emancipação, em 1822, o Estado nacional que passa a se constituir, articulou as elites oligárquicas regionais e criou os mecanismos de garantia da unidade nacional. Nesta perspectiva, as forças da homogeneização impuseram sua lógica no sentido de submeter as formas arcaicas de produção (os modos pretéritos de organização do trabalho coletivo) às determinações das relações capitalistas de produção e à expansão e propagação das relações mercantis. Conforme afirma Brandão (2007, p. 101), “são criados os *loci* para a organização das diversas frações regionalizadas de capital, que se enfrentarão no momento posterior do processo de integração do mercado nacional”.

No período entre 1930 e 1955, a integração nacional ocorre de forma complementar a economia do polo dinâmico da acumulação, sob a hierarquia de comando daquele centro (São Paulo), a partir de uma coerência imposta pelo espaço hegemônico e dinamizador do processo de integração dos mercados internos. A partir daí o avanço da periferia passou a ser condicionado e complementar à economia paulista.

Nesse período, os capitais mercantis hegemônicos não se dispuseram a metamorfosear-se em capitais industriais, preservaram seu caráter rentista e patrimonialista, característicos da nossa burguesia nacional. Para Tavares (1999, p. 456), “As oligarquias regionais contrabalançaram a sua decadência econômica cíclica com maior peso político relativo junto ao governo central”.

Nesse sentido, o urbano constituiu, desde cedo, espaço privilegiado para as forças patrimonialistas e mercantis e o rural se consolidou como espaço de itinerância dos capitais fundiários e agrários. Como nos afirma Brandão (2007, p. 118), “havia pouco lugar para conflitos entre esses espaços, posto que ambos conheceram amplas possibilidades de fuga para frente e de apropriação de ganhos fáceis e rentáveis”. Para a maioria dos estudiosos da questão regional no Brasil, quando se acentuou o processo de integração do mercado nacional, distinguiram-se claramente duas regiões com características diversas: uma com a economia diversificada, inclusive uma indústria em crescimento; e outra praticamente estagnada, reproduzindo relações arcaicas de produção<sup>2</sup>.

A aceleração do processo de urbanização a partir dos anos 1960, bem como a consequente reorganização do sistema urbano se deu, portanto, sob os impactos da industrialização com todas as características de um país periférico.

Para Faria (1978, p.99-100),

A industrialização, ou melhor, a acumulação capitalista ancorada na produção industrial, ao ir redefinindo o modo de inserção das diversas áreas regionais no quadro da divisão do trabalho, transforma a estrutura social e reestrutura a rede urbana pré-existente, integrando-a e redefinindo a posição e a função dos diferentes nódulos do sistema urbano brasileiro.

<sup>2</sup> A discussão sobre as disparidades regionais não será aqui tratada, entretanto quem tiver interesse em se aprofundar nessa questão sugerimos, dentre outros: ARAUJO (2000); CANO (1998a; 1998b) e OLIVEIRA (1993).

A urbanização segue em ritmo acelerado nos anos 1970, com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), programa voltado para a expansão da indústria de insumos básicos e de bens de capital, o qual privilegiou os setores e sub-regiões produtoras de exportáveis. Nessa dinâmica, as diversas regiões periféricas dinamizaram suas bases produtivas regionais, inseriram suas populações no mercado de trabalho e diversificaram algumas de suas cidades polo.

Todos esses movimentos que metamorfoseiam a dinâmica do espaço urbano denotam a preocupação do capital em manter vivo o seu circuito de acumulação que depende e pressupõe: 1) da existência de um excedente de mão-de-obra que imprima sobre os trabalhadores empregados uma pressão para o rebaixamento dos salários; 2) da oferta de meios para o consumo produtivo do capital e 3) a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. (HARVEY, 2006).

Com a crise dos anos de 1970, se inicia um quadro crítico nos níveis de crescimento mundial, pondo fim a um período do sistema capitalista conhecido como os "trinta anos gloriosos", de rigidez fordista, em que o capital como forma de enfrentamento impulsiona uma nova onda tecnológica, com a aceleração da acumulação rentista, o que condiciona a reemergir, de forma brusca, os ideais liberais.

Essa transição de modelos produtivos pode ser considerada produto da constituição de empresas, que operam cada vez mais em rede, e voltada à diferenciação dos produtos, num ambiente de acirrada concorrência intercapitalista. As cidades, polos e regiões transformaram-se em pontos e nós de fluxo de uma rede imensa e articulada, até certo ponto independentes das fronteiras nacionais, transformando-se, segundo Carvalho, em "espaços nacionais da economia internacional, onde grandes empresas valorizam seus capitais em um número crescente de áreas e atividades, produzindo rápidas mudanças na divisão territorial do trabalho" (CARVALHO, 2006, p. 11).

A reformulação do papel do Estado, a partir dos anos 1990, com fins a atender às novas demandas do capital, envolveu um intenso processo de privatização, flexibilização das leis trabalhistas e desregulamentação do setor financeiro, o que o deixou mais propenso a crises e o retira de funções clássicas de períodos anteriores, tais como a promoção de uma melhor distribuição da riqueza, e a desconcentração espacial desta.

Tanto no âmbito nacional como no global, a tendência à desindustrialização das áreas industriais tradicionais tem sido uma das características principais desse novo modelo. Segundo Pontes (2006), essas tendências estariam sinalizando processos de reorganização do modelo territorial fordista como resultados da redefinição regional do trabalho.

Essas mudanças, portanto, não afetaram apenas as áreas mais dinâmicas do país, têm atingido também as demais regiões, como é o caso do Nordeste Brasileiro que vinha sendo beneficiado com o processo de desconcentração produtiva ocorrido nas décadas de 1970 e 1980. A crise e a instabilidade econômica que se acentua na década de 1990 interromperam as transformações que vinham ocorrendo na distribuição regional da indústria brasileira, fazendo com que o processo fosse de certa forma, revertido, ou seja, o processo de desconcentração foi paralisado, voltando a produção a se reconcentrar nas áreas mais dinâmicas do Centro-Sul do país<sup>3</sup>.

A mudança política que acontece em 2003, com a chegada ao Governo Federal do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), possibilita a retomada da trajetória de crescimento do país em novas bases. Além de romper com a herança neoliberal das duas décadas anteriores, o Brasil passa por um período de consolidação democrática, e, de acordo

---

<sup>3</sup> Importante ressaltar que mesmo durante o período de atuação do setor público em que foram criados órgãos de planejamento regional, dentre os quais podemos destacar a SUDENE, os resultados ficaram muito aquém do esperado.

com alguns autores, passa a implantar uma nova forma de desenvolvimento que alcança conquistas, tanto no campo econômico, como no social.

Este novo padrão de crescimento focado na produção e no consumo de massa tem impactos regionais diferenciados e favorece, em especial, as regiões Norte e Nordeste. Para Araújo (2013, p.161), “o consumo das famílias (60% da demanda agregada) começou a puxar a taxa de crescimento a partir de dentro do país.” Outra política nacional que teve impacto diferenciado no Nordeste foi a política de valorização do Salário Mínimo, uma vez que 45% dos ocupados recebia, em 2009, até um salário mínimo, percentual bem acima da média brasileira que é de 26%. (IBGE, 2009). Os dados da PNAD (2009) apontam ainda, que entre 2003 e 2009, o valor do rendimento médio das famílias nordestinas cresceu 5,4% ao ano, enquanto a média nacional cresceu 3,5% a.a. Entretanto, apesar da evolução dos indicadores sociais e econômicos do Nordeste superarem, em alguns setores, a média nacional, isto se deve em parte à própria base de comparação que sempre foi menor.

Guimarães Neto (2012) destaca a inexistência de uma política nacional de desenvolvimento regional. Para o autor, o que se tem hoje é uma proposta de política para o desenvolvimento regional que enfatiza alguns pontos da maior relevância para a questão regional brasileira, mais que não chegou a ser concretizada em termos institucionais.

A não concretização de uma política direcionada para o desenvolvimento regional que rompa com as disparidades regionais, herdadas do padrão de crescimento polarizado e concentrado, que marcou a economia e a política no Século XX, faz com que sejam reproduzidas mais desigualdade e pobreza, e que regiões inteiras como o semiárido nordestino seja relegado aos determinantes mais gerais da economia brasileira. (DANTAS; SILVA, 2011).

Essas desigualdades refletem-se na organização da rede urbana brasileira, em especial na Região Nordeste, onde podem ser observadas claramente duas dinâmicas com características diferentes: uma mais organizada no litoral onde se localizam as capitais dos estados, à exceção de Teresina, e se concentram também os principais serviços; e outra dispersa e esgarçada no interior, onde existem poucos centros médios, as capitais regionais, e diversos centros sub-regionais que atuam como cidades intermediárias.

### **3 A rede urbana potiguar segundo os estudos “Região de Influência das Cidades (REGIC)”**

O primeiro estudo realizado pelo IBGE sobre cidades já destacou que num país extenso e com carência de serviços, como o Brasil, a localização dos serviços de saúde e de educação tinha de considerar as condições de acessibilidade aos locais onde estão instalados. Para o IBGE (1972, p.9), “as cidades constituem os locais onde se podem instalar os serviços sociais básicos [...] destinados ao atendimento da população de toda uma região”.

Esse estudo, que teve como parâmetro metodológico a análise da rede urbana francesa (Rocheft), buscou identificar os centros polarizadores da rede urbana, a dimensão da área de influência e os fluxos que se estabeleciam a partir da análise da distribuição de bens e serviços.

Nesse estudo, os centros da rede urbana brasileira foram classificados em 04 níveis de acordo com sua própria matriz de relacionamentos e com a posição obtida nas matrizes de outros centros. O nível 1 foi formado pelas Metrôpoles em um total de 10 (dez) as quais foram subdivididas em 04 categorias: (01) uma grande metrópole nacional (São Paulo), (01) uma metrópole nacional (Rio de Janeiro), (04) quatro centros metropolitanos regionais (Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, e 04 (quatro) centros macrorregionais (Curitiba, Fortaleza, Belém e Goiânia).

Em seguida, dentro de cada área metropolitana foram identificadas aquelas cidades que tinham grande número de relacionamentos diretamente com o centro metropolitano, cidades (consideradas) como as de mais alta hierarquia dentro das áreas de influência metropolitana, as quais foram chamadas de centros regionais (nível 2). No Nordeste, além das capitais dos estados, foram identificados 12 centros regionais na chamada 'rede urbana nordestina interiorizada' sendo três constituídos por duas cidades: vinculados à Fortaleza estavam Sobral (CE), Crato/Juazeiro do Norte (CE); sob a influência de Recife estavam Garanhuns (PE), Mossoró (RN), Floriano (PI), Caruaru (PE) e Campina Grande (PB); ligados a Salvador encontravam-se Jequié (BA), Vitória da Conquista (BA), Petrolina (PE)/Juazeiro (BA), Feira de Santana (BA) e Ilhéus/Itabuna (BA).

Em terceiro lugar na hierarquia urbana, estavam os centros sub-regionais. De acordo com o IBGE (1972, p. 12), esses centros

são cidades que têm a função de intermediárias entre o centro regional e as localidades menores, destacando-se principalmente na coleta da produção agrícola [...] Nos serviços à população destacam-se no varejo comum, no atendimento médico-hospitalar e no ensino médio.

Em termos de centros sub-regionais destacavam-se no Rio Grande do Norte, Caicó, Nova Cruz e Currais Novos, subordinados a Natal; e Pau dos Ferros subordinado a Mossoró.

O estudo destacou que as diferenças regionais refletiam-se fortemente na organização das redes urbanas, o que tornava o espaço urbano brasileiro dividido em duas áreas absolutamente distintas: a primeira no Centro-Sul onde se localizavam as metrópoles nacionais e as metrópoles regionais de Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, e a segunda formada pela Amazônia e pelo Nordeste dominados pelas metrópoles regionais de Recife, Salvador, Fortaleza e Belém.

Natal e Mossoró eram Centros Regionais vinculados a 'região urbana do Recife', a cidade melhor estruturada na rede nordestina e a principal metrópole do Nordeste. Dentre os 08 (oito) centros regionais da rede urbana de Recife se destacavam pela intensidade de relacionamentos, Natal (RN) e Campina Grande (PB).

No Rio Grande do Norte, já existiam na época duas redes urbanas, uma no litoral comandada por Natal que abrangia os municípios do Litoral Leste e Norte, do Agreste e do Seridó potiguar, e outra no interior comandada por Mossoró que polarizava a região Oeste do Estado.

O segundo estudo do IBGE sobre a rede urbana brasileira foi realizado no final dos anos 1970, e publicado, em 1987. Teve como base a teoria das localidades entrais de Cristhaller. De acordo com o IBGE (1987, p. 11), "a teoria em questão considera o conjunto de centros de uma região ou país em seu papel de distribuição varejista e de prestação de serviços para uma população neles residentes".

De acordo com o IBGE (1987), existiam 11 cidades que desempenhavam o papel de metrópoles regionais: Manaus, Belém, Fortaleza Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia. Logo abaixo na hierarquia estavam os centros submetropolitanos, a atuação desses centros não se limitava às funções de uma capital regional, mas, também não representava a magnitude de uma região de influência de uma metrópole regional.

Nesse estudo, Natal foi inserida na categoria de centro submetropolitano e novamente subordinado a metrópole do Recife; entretanto, parte da rede urbana do Rio Grande do Norte, inclusive Mossoró (classificada como capital regional) ficou subordinada também a Metrópole de Fortaleza, a qual passou a disputar com Recife o comando da rede urbana do

Rio Grande do Norte<sup>4</sup>. Além de Natal e Mossoró, a rede urbana do RN contava com dois centros sub-regionais (Caicó e Currais Novos) e dezoito centros de zona; as demais cidades foram consideradas apenas 'municípios subordinados', destes, 19 subordinados diretamente a Natal.

O terceiro estudo do IBGE sobre a rede de cidades foi realizado, em 1993. Publicado em 2000, também utilizou como mote teórico a teoria das localidades centrais, mas o foco estava no papel das redes<sup>5</sup> para viabilizar a circulação e a comunicação; ressaltava os diferentes níveis, intensidades e sentidos dos fluxos, sendo o espaço perpassado por redes desiguais e simultâneas, cujas ligações eram utilizadas de maneira distinta pelos vários agentes sociais.

O estudo considerou 46 funções centrais (bens e serviços), das quais 14 eram de baixa complexidade e frequentes nas cidades de hierarquia mais baixa, 30 eram geradores de fluxos de média e alta complexidade e 2, de fluxos relativos à busca de serviços de informação. Para a construção dos lugares centrais foi considerado a posição relativa dos centros definida a partir da intensidade dos fluxos, da extensão ou alcance espacial da área de influência de cada cidade e a disponibilidade de equipamentos funcionais. O REGIC 1993 considerou que havia muitas heterogeneidades nos cinco níveis de centralidade observados no estudo de 1987 e passou a classificar os centros urbanos em 08 categorias de centralidade: (máxima, muito forte, forte, forte para médio, médio, médio para fraco, fraco e muito fraco).

Para o IBGE (2000), existiam na rede urbana brasileira em 1993, 09 centros de nível máximo que equivalem às metrópoles (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza), 24 centros de nível muito forte (centros submetropolitanos) e 35 centros de nível forte (capitais regionais). Pela hierarquia de 1993, Natal cai um nível, em relação ao estudo de 1987, passa de centro submetropolitano para a categoria de capital regional.

Esse fato chama a atenção por ocorrer em um período em que a urbanização do Rio Grande do Norte se acentuou, em especial, a urbanização de Natal e dos municípios da Grande Natal, que com exceção de São Gonçalo do Amarante, já alcançavam em 1991 taxa de urbanização igual ou superior a 50% da população. (CLEMENTINO, 2003).

O estudo de 2007 (último da série realizado pelo IBGE), publicado em 2008, retomou a concepção utilizada no estudo de 1972, estabeleceu uma classificação dos centros e a seguir delimitou sua área de atuação, sendo que a gestão do território (avaliada através da centralidade administrativa, jurídica e econômica) foi privilegiada para a delimitação dos centros. Os principais elementos utilizados para a hierarquização dos centros foram a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro.

Os centros de gestão do território foram classificados de acordo com: gestão federal (órgãos do poder executivo e do poder judiciário); gestão empresarial (pelo menos três entidades empresariais com filiais em outro município) e, estudos complementares sobre equipamentos e serviços (comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, saúde, domínios de internet, redes de tv aberta e conexões aéreas). Do total de municípios, 1.082 foram identificados segundo o critério de gestão, sendo 906 centros de gestão federal e 724 de gestão empresarial. Desses dois grupos, 711 foram definidos como centros de gestão do território.

<sup>4</sup> No estudo de 1987, a área de influência de algumas metrópoles não é exclusiva, "apresentam setores onde se verifica uma competição entre duas ou mais metrópoles" (IBGE, 1987, p. 22).

<sup>5</sup> Para além da simples conceituação de redes, "é primordial a percepção de que as redes são instrumentos viabilizadores da circulação e da comunicação e estas, por seu turno, são de fundamental destaque na organização do espaço" (IBGE, 2000, p. 13).

Após a identificação dos centros, foram definidas as regiões de influência com base nas redes de interação que conectam as cidades através da intensidade das ligações entre cidades: para a análise das ligações entre os centros de gestão foram considerados os eixos de gestão pública e de gestão empresarial complementado pelos serviços de saúde; para a ligação dos centros com os demais municípios foram investigadas as principais ligações de transportes coletivos e os principais destinos dos moradores dos municípios para obter produtos e serviços.

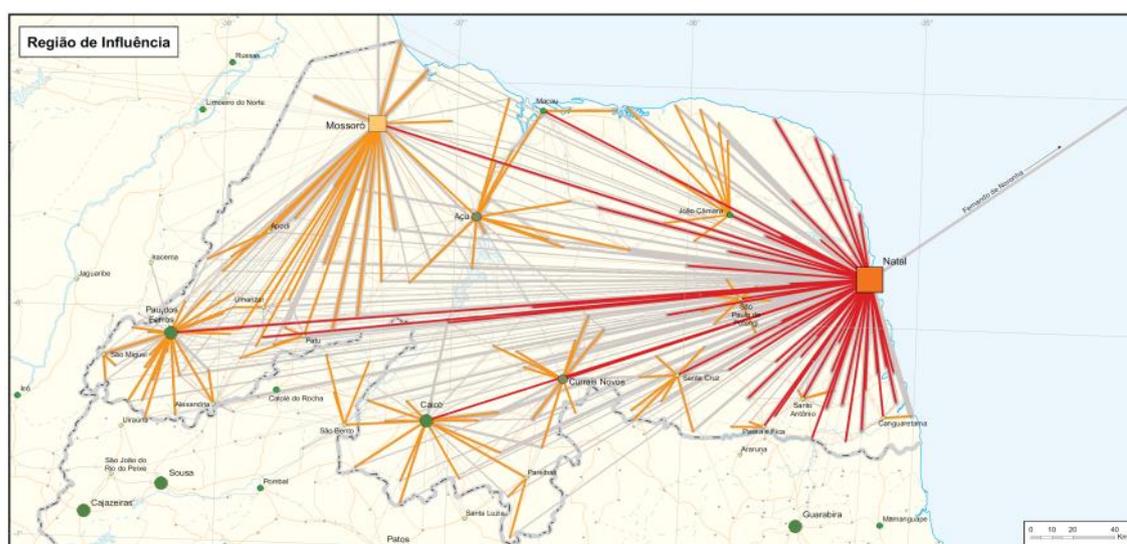
Para as cidades que se constituem grandes aglomerados urbanos foram utilizados como unidade de observação o conjunto da Área de Concentração de População (ACP), ou de suas subáreas (sub - ACPs) <sup>6</sup>. Foram identificadas no Brasil 40 ACPs que agregam 336 municípios, dentre as ACPs, encontra-se a ACP de Natal.

Nesse estudo, foram classificados como metrópoles os 12 principais centros urbanos do país com fortes relacionamentos entre si, e, em geral, extensa área de influência direta (São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador); em seguida temos as capitais regionais, 70 centros que se relacionam com o extrato superior da rede urbana com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior às metrópoles, que têm área de influência no âmbito regional.

Em termos regionais, ao destacar as metrópoles do Nordeste, observamos a redução da rede de influência do Recife, apontado como a principal metrópole do Nordeste no primeiro estudo, o qual perde a área do sul do Piauí para Teresina e passa a dividir Natal com Fortaleza. Já Fortaleza amplia-se tanto a Leste pela rede de Natal, como pela expansão das redes de São Luís e Teresina que continuam a integrar aquela rede. (IBGE, 2008).

A rede urbana potiguar ficou então composta pela ACP de Natal como capital regional A formada pelos municípios de Natal, Extremoz, Macaíba, Parnamirim, São José de Mipibu, São Gonçalo do Amarante e Nísia Floresta; por Mossoró como capital regional C, por dois centros sub-regionais A (Caicó e Pau dos Ferros) e por dois centros sub-regionais B (Açu e Currais Novos).

A Figura 01 mostra a rede urbana do Rio Grande do Norte com base no último REGIC e os fluxos de relacionamentos entre os centros potiguares.



**Figura 01: Rede urbana do Rio Grande do Norte (REGIC 2007)**

Fonte: IBGE (2008, p. 100).

<sup>6</sup> As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos para trabalho e/ou estudo. Castello Branco (2006 apud IBGE, 2008).

Ficam de fora da ACP, mas dentro da RM Natal, os municípios de Ceará Mirim, Monte Alegre, Vera Cruz e Maxaranguape. Essa divergência entre a composição das ACPs e das regiões metropolitanas institucionalizadas se deve aos diferentes níveis de integração entre os municípios e é um fenômeno observado em todas as aglomerações urbanas, inclusive nas Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs).

De acordo com MOURA (2013), apenas 30,6% dos municípios inseridos nas regiões metropolitanas integram ACPs, e somente 27,4% representam efetiva integração à dinâmica metropolitana medida através dos níveis de integração 'muito alto' e 'alto'. Na RM Natal não há município com nível de integração 'muito alto' e apenas 03 municípios apresentam nível de integração 'alto'.

Em termos de modificações entre os quatro estudos sobre rede urbana, realizados pelo IBGE, também não notamos muitas alterações ao verificar a classificação hierárquica da rede urbana do Rio Grande do Norte no primeiro e no último estudo. Natal continua no principal nível hierárquico na rede urbana do RN, mas na rede urbana nacional ocupa o papel de capital regional, não sendo considerada metrópole pelo IBGE; Mossoró continua em segundo lugar na hierarquia como capital regional, só que no nível C. Em termos dos centros sub-regionais, temos algumas mudanças como o caso de Pau dos Ferros que ascende a centro sub-regional A e Açu que era centro local em 1966 e passa a centro sub-regional B em 2007. Apenas Nova Cruz aparecia como centro sub-regional B em 1966 e caiu para Centro de Zona. O Quadro 1 a seguir, traz a evolução dos principais centros na rede urbana potiguar.

Município	Centralidade 1966		Centralidade 1978	Centralidade 1993		Centralidade 2007	
	Níveis	Denominação	Denominação	Níveis	Denominação	Níveis	Denominação
ACP Natal	2A	Centro Regional A	Centro Submetropolitano	6	Forte	2A	Capital Regional A
Mossoró	2B	Centro Regional B	Capital Regional	5	Forte para Médio	2C	Capital Regional C
Caicó	3A	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional	5	Forte para Médio	3A	Centro Sub-Regional A
Pau dos Ferros	3B	Centro Sub-Regional B	Centro de Zona	4	Médio	3A	Centro Sub-Regional A
Açu	4A	Centro Local A	Centro de Zona	4	Médio	3B	Centro Sub-regional B
Currais Novos	3B	Centro Sub-Regional B	Centro Sub-Regional	4	Médio	3B	Centro Sub-Regional B

**Quadro 1:** Principais níveis de centralidade <sup>(1)</sup> – Municípios do Rio Grande do Norte – 1966, 1978, 1993, 2007.

Fonte: IBGE (1972), (1987), (2000) e (2008). Elaboração da Autora.

(1) Toma como base os principais níveis de 2007.

Simões e Amaral (2011) defendem que houve uma interiorização do crescimento econômico o que resultou na criação de novas centralidades urbanas, a partir de uma comparação entre as hierarquias municipais entre 1993 e 2007. Os autores destacam ainda, que as regiões que mais ampliaram o número de municípios classificados como intermediários foram as do Centro-Norte, do Norte-Nordeste e do Semiárido, fato que corrobora a qualificação da rede urbana brasileira com maior ênfase fora do Centro-Sul do país.

#### 4 Considerações Finais

A urbanização e a industrialização que ocorreram no Brasil, em especial a desconcentração produtiva pós 1970, e a ampliação da urbanização que ocorreu concomitantemente, provocaram mudanças econômicas, sociais, demográficas e espaciais em todo o país, mas essas mudanças não foram capazes de modificar, em termos estruturais, as disparidades regionais existentes. As especificidades de cada região fizeram com que essas mudanças chegassem a algumas localidades, com certo retardo. Destacamos aqui o caso da região Nordeste, em especial do Rio Grande do Norte, cuja rede urbana, por ser dispersa e fragmentada, não tem conseguido se integrar de forma satisfatória aos avanços recentes da economia brasileira.

Em pleno século XXI, diversas partes do território brasileiro ainda estão mal atendidas pela urbanização, seja pela falta de cidades, seja pela precariedade da urbanização existente. Esse problema se acentua nas áreas menos dinâmicas, as quais não conseguem acompanhar os novos dinamismos, nem realizar as potencialidades existentes, e findam perdendo população de pequenas e médias cidades.

Em uma releitura do último REGIC, o IBGE publicou, em 2013, “Divisão urbano-regional”, o qual aponta que a área de influência das metrópoles nordestinas, consideradas nesse estudo, regiões ampliadas de articulação urbana, é muito ampla e ultrapassa as fronteiras estaduais, chegando a dividir estados, como é o caso do Rio Grande do Norte, dividido entre as metrópoles de Fortaleza e Recife; no segundo nível hierárquico estão as redes intermediárias de articulação urbana, comandadas pelas capitais regionais e por alguns centros sub-regionais que se destacam na rede urbana interiorizada. No Rio Grande do Norte, temos as redes urbanas intermediárias comandadas por Natal, Mossoró, Pau dos Ferros e Caicó. Os centros sub-regionais, que comandam essas redes intermediárias, formam regiões com centralidades medianas e têm população e área variáveis conforme sua localização; em geral têm como uma de suas características principais a capacidade de polarizar um grande número de municípios no atendimento a bens e serviços de média e alta complexidade; além disso, concentram atividades de gestão pública e privada e articulam, na escala regional, instituições públicas com o setor privado.

É o caso de Caicó e de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte. Encravados no interior do estado potiguar, em regiões ‘fronteiriças’, em que a rede urbana é fragmentada, formada por pequenas cidades, que tem cerca de 90% dos municípios com menos de 10 mil habitantes e que dependem quase que integralmente do setor público, Caicó e Pau dos Ferros assumem as funções de cidades médias ao ofertar serviços, inclusive serviços especializados nas áreas de educação e saúde, bem como a de atuar como uma ‘bacia de empregos’ para a região.

É como se tivesse surgindo no interior da rede urbana nordestina, um novo tipo de cidade formado por centros sub-regionais que em virtude da recente interiorização dos serviços públicos, em especial na área de educação superior e saúde, tem conseguido atrair investimentos privados nessas áreas, o que tem contribuído para dinamizar sua economia interna, bem como ampliar sua área de influência. Como exemplos, podemos citar além de Caicó e Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, as cidades de Cajazeiras e Sousa na Paraíba; as três últimas na raia divisória RN-PB-CE, mas também Patos (PB), Garanhuns (PE), Picos (PI) entre outras.

Essas cidades, não são mais apenas centros isolados no meio da hierarquia urbana, são cidades que assumem funções de intermediação na rede urbana do Nordeste, especialmente na oferta de ensino superior e saúde, além da oferta de empregos no comércio e nos serviços públicos e privados; são cidades integradas e/ou com possibilidades de integração à dinâmica

da urbanização regional, podendo, inclusive, serem consideradas “cidades médias” ou “cidades intermediárias”.

## 5 Referências

- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.
- ARAÚJO, T. B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 157-171.
- BITOUN, J.; MIRANDA, L. (Org.). **Tipologia das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles-Letra Capital, 2009.
- BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- CANO, W. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.9, n 1, p. 62-82, jan./mar. 1989.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998a.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998b.
- CARVALHO, I. M. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. **Eure**, Santiago de Chile, v.32, n. 95, Mai. 2006.
- CLEMENTINO, M. L. M. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas, mesmas cidades. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Org.). **Região e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora da UNESP; ANPUR, 2003. p.387-404.
- DANTAS, J. R. Q. **As cidades médias no desenvolvimento regional: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN)**. Natal, 2014, 260p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.
- DANTAS, J. R. Q.; SILVA, F. S. B. A (re)organização sócio-espacial no Rio Grande do Norte e suas implicações para o Alto Oeste: particularidades sobre Pau dos Ferros. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.13, n.24, p.35-44, dez. 2011.
- FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1, 1978. **Anais...**, p.89-110, 1978.
- GUIMARÃES NETO, L. Desafios para uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.16, n.1, p.203-207, jan./jun. 2012.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades - 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades - 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

MOURA, R. Configurações espaciais da metropolização brasileira. **E-metropolis – Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v.4, n.13, p.29-39, jun. 2013.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**. Rio de Janeiro: Observatório, 2004.

PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão popular, 2006. p.327-346.

SIMÕES, R.; AMARAL, P. V. Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. **Revista Economia**, Brasília, v.12, n.3, p. 553-579, set./dez. 2011.

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.449-489.